

Convergência dos fundamentos

Os fundamentos da economia brasileira não deixaram de ser bons no período altamente especulativo que precedeu as eleições de outubro. Mas faltava a confiança, elemento essencial para permitir que muitos, interna e externamente, percebessem a situação real. Com o retorno da confiança, desapareceram temores infundados, os cenários catastrofistas e, com a cabeça fria, os investidores começaram a enxergar as oportunidades apresentadas pelo mercado brasileiro.

Paralelamente à retomada do fluxo de financiamentos ao País, um volume muito maior de recursos passou a ingressar no mercado brasileiro de ações. Já em outubro, o volume líquido de aplicações estrangeiras nas bolsas (recursos aportados menos as saídas) foi expressivo (US\$ 165,5 milhões). Desde então, os investimentos estrangeiros, principalmente provenientes de fundos de grandes bancos americanos e europeus, alcançaram quase US\$ 1 bilhão (em números exatos, US\$ 967,7 milhões até 10 de janeiro deste ano).

Há uma convergência de fundamentos. Não só os dados básicos sobre o comportamento da economia brasileira mantêm-se dentro de parâmetros perfeitamente aceitáveis, como a grande maioria das empresas do País cotadas em bolsa é sólida, apesar dos problemas que muitas delas tiveram de enfrentar com o desaquecimento do mercado interno e com a alta do dólar, que pesaram sobre os seus níveis de endividamento. Nota-se, contudo, que as empresas se defendem, por meio de operações de "hedging" e

Não só a economia brasileira vem sendo bem conduzida, como as empresas cotadas em bolsa souberam enfrentar os problemas aplicados naquele país para o Brasil. Se bem que os fluxos de aplicações em ações são variáveis, não é despropositado dizer que o mercado brasileiro de ações pode ser um importante condutor para o ingresso de capitais estrangeiros, tal como ocorre hoje com os mercados da China e de países do Sudeste Asiático.

O mercado de ações brasileiro ficou também mais atraente, em razão da desvalorização do real em relação ao dólar. Com isso, os ativos brasilei-

ros tornaram-se baratos para os investidores externos, tanto americanos quanto europeus. Note-se que a valorização do euro diante do dólar fez a situação ficar ainda mais favorável para os países da eurozona.

Desde a realização das eleições de outubro, as ações brasileiras subiram 54% em dólar, sete vezes mais que o

índice da Bolsa do México, fator que não passa despercebido pelos investidores estrangeiros. Isso tem levado corretores internacionais a recomendar a transferência de recursos

para o Brasil. Se bem que os fluxos de aplicações em ações são variáveis, não é despropositado dizer que o mercado brasileiro de ações pode ser um importante condutor para o ingresso de capitais estrangeiros, tal como ocorre hoje com os mercados da China e de países do Sudeste Asiático.

Há ainda em certos mercados res-

quícios da insegurança que se observou em grande parte do ano passado. Isso, em boa parte, está ligado aos vínculos entre as economias do Brasil e da Argentina. Contudo, com a assinatura, finalmente, de um acordo do Fundo Monetário Internacional (FMI) com a Argentina e à medida que se fortalece a confiança na condução da política econômica no Brasil, direcionada para o combate à inflação, as previsões são de que recursos externos continuarão a fluir para o mercado acionário nacional.

O governo, por certo, tem consciência das vantagens dessa evolução para o País. Seria quase desnecessário mencionar que um mercado de ações atraente é precondição para a existência de um mercado primário florescente. O fortalecimento das bolsas de valores deve induzir novos investimentos e contribuir para o aumento do nível de atividade e a geração de empregos. É de presumir, também, que um mercado de ações bem mais ativo influa decisivamente sobre a atitude de muitas empresas que fecha-

ram o capital ou estudam essa possibilidade.

Oportunidades podem-se abrir também para o Tesouro Nacional. Ao contrário do que sucedeu com a Petrobras, fracassou no final do ano passado a venda de ações excedentes do controle pelo governo do Banco do Brasil. Não vamos analisar aqui as razões específicas pelas quais isso ocorreu. Mas, sem dúvida, em outras condições de mercado, tudo muda. Com a venda pelo Tesouro de ações de empresas estatais — e não estamos nos referindo apenas ao BB ou a empresas privadas que estão em carteira no BNDES —, pode-se carrear um bom volume de recursos para investimento.

Evidentemente, tais recursos não orçamentários podem ser utilizados para os programas sociais patrocinados pelo governo e/ou para formar um fundo de desenvolvimento que privilegie os investimentos em infra-estrutura, dos quais o País tanto carece.

Para imprimir, enviar ou comentar, acesse:
www.gazetamercantil.com.br/editorial